



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 3239-4226 - www.fadir.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Processo Constitucional							
Unidade Ofertante:	FADIR							
Código:	FADIR 31807	Período/Série:	8º		Turma:	A e J		
Carga Horária:				Natureza:				
Teórica:	0	Prática:	30	Total:	30	Obrigatória:	Optativa()	
Professor(A):	NAIARA CARDOSO GOMIDE DA COSTA ALAMY					Ano/Semestre:	2026-2	
Observações:								

2. EMENTA

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE - CONFIGURAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - SISTEMAS DE CONTROLE - O SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

3. JUSTIFICATIVA

O controle de constitucionalidade é o principal meio de garantir a supremacia da Constituição. Sem ele, normas contrárias ao texto constitucional continuariam produzindo efeitos, e os direitos e a organização do Estado previstos na Constituição ficariam sem proteção efetiva.

Por isso, o estudo do tema é indispensável na formação do bacharel em Direito. O aluno precisa entender não só o que é inconstitucionalidade, mas também como e por quem ela pode ser declarada. Isso exige conhecer as formas institucionais e processuais de solução das inconstitucionalidades, que são o foco da disciplina, e não apenas a teoria.

A disciplina parte dos conceitos básicos e da comparação entre sistemas, o que dá ao aluno base teórica e visão crítica. Depois chega ao modelo brasileiro, com seus controles difuso e concentrado e as ações cabíveis, de grande relevância para a atuação profissional na advocacia, na magistratura, no Ministério Público e na administração pública.

Assim, a disciplina contribui para uma formação que une fundamentação teórica e domínio dos instrumentos processuais, preparando o aluno para defender a ordem constitucional.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

A disciplina objetiva apresentar aos alunos a compreensão dos sistemas de controle de constitucionalidade. De maneira específica, a disciplina objetiva apresentar as formas institucionais e processuais de solução de inconstitucionalidades e de processamento de demandas de controle de constitucionalidade.

Objetivos Específicos:

1. Identificar os conflitos normativos e explicar quando há inconstitucionalidade, distinguindo suas modalidades (por ação e por omissão, formal e material).
2. Compreender a origem e o desenvolvimento histórico do controle de constitucionalidade no constitucionalismo e explicar por que o Estado constitucional precisa desse controle.
3. Reconhecer os elementos básicos do controle: seu objeto, quem o exerce, o que pode ser controlado e quais são seus pressupostos.
4. Comparar os principais sistemas de controle, analisando seu funcionamento e sua estrutura.
5. Descrever a evolução do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
6. Diferenciar o controle difuso do concentrado, indicando as características e os efeitos de cada um.
7. Compreender o papel do STF, dos Tribunais de Justiça e dos juízes no exercício do controle.
8. Conhecer as ações de controle de constitucionalidade e o seu processamento, aplicando esse conhecimento a situações práticas.

5. PROGRAMA

1. CONFIGURAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE

Conflitos normativos

Inconstitucionalidade - ação, omissão, formal, material e outras categorias

2. CONCEITOS BÁSICOS SOBRE O CONTROLE

História do controle na história do constitucionalismo; Estado constitucional e a necessidade de controle

Tópicos básicos: o que é o objeto do controle; quem faz o controle; o que pode ser controlado

Exigências ou pressupostos do controle

Sistemas De Controle - Funcionamento E Estrutura; Comparativos entre sistemas

3. SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Evolução do sistema brasileiro

Sistema de controle difuso

Sistema de controle concentrado

Papel do STF, dos TJs, Juízes e controle

Ações de constitucionalidade.

6. METODOLOGIA

Técnicas: Aula expositiva dialogada, estudo dirigido, seminários e extraclasse.

Atividades: Pesquisas bibliográficas, análise de textos, leitura, exercícios e trabalhos práticos - em grupo e individuais e dinâmicas de grupo.

Recursos: Quadro, Data Show, entre outros.

7. AVALIAÇÃO

09/10 Exercício avaliativo 1 – 20 pontos – em dupla com consulta
23/10 Prova 1 – 30 pontos - individual sem consulta
27/11 Exercício avaliativo 2 – 20 pontos - em dupla com consulta
11/12 Prova 2 – 30 pontos - individual sem consulta

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

ASSIS, Christiane Costa Assis. **Tempo e segurança no controle concentrado de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. 2. ed. Tradução Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1992.

MENDES, Gilmar F. **Jurisdição constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Complementar

ABREU, Joana Rita de Sousa Covelo de. **Inconstitucionalidade por omissão e ação por incumprimento: a inércia do legislador e suas consequências**. Curitiba: Juruá Ed., 2011.

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. 4. ed. rev. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2015.

BORBA, Rodrigo Esperança. **Coisa julgada versus inconstitucionalidade: controvérsias e perspectivas**. Curitiba: Juruá Ed., 2011.

HECK, Luís Afonso. **Jurisdição constitucional: teoria da nulidade versus teoria da nulidade das leis**. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2008.

KRAMER, Larry D. **Constitucionalismo popular y control de constitucionalidad**. Madrid: Marcial Pons, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Cardoso Gomide da Costa Alamy, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 30/09/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7780309** e o código CRC **8CFEBC3F**.